

III CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Uma Política Europeia para a Segurança Rodoviária

LISBOA, 29 e 30 DE SETEMBRO 2008

Conclusões

As duas grandes preocupações manifestadas pelos parlamentares que intervieram no debate foram:

- 1) O desenvolvimento e incremento de políticas de segurança rodoviária e da importância de estas serem harmonizadas no espaço europeu;
- 2) A prossecução do objectivo estabelecido pela Comissão Europeia, em 2001, de até 2010, se reduzir para 50% o n.º de acidentes mortais.

1º PAINEL -- CIRCULAÇÃO, FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

No âmbito do debate estabelecido sobre o tema deste painel, foram apontadas como principais causas do problema da sinistralidade:

- O excesso de velocidade;
- A falta de uso do cinto de segurança;
- A condução sob o efeito do álcool, drogas e medicamentos que provocam sonolência;
- A condução dos jovens: má preparação e fraco auto-conhecimento das suas capacidades de condução, condução perigosa e/ou desportiva, excesso de velocidade, condução sob o efeito do álcool;
- O problema da segurança nos transportes colectivos de crianças;
- Os veículos antigos e com problemas de segurança;
- A deficiente qualidade de construção e manutenção das infra-estruturas;
- A deficiente sinalética: sinais de trânsito mal colocados ou ausentes, marcações na estrada deficientes;

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- A falta de auditorias de segurança rodoviária;
- A saturação do parque automóvel e aumento de tráfego nas grandes cidades.

Para estas causas, foram propostas algumas possíveis vias de solução:

- Implementação de um ensino de condução mais rigoroso, mais exigente e faseado;
- Introdução do ensino de regras da estrada e de segurança rodoviária nos sistemas de ensino, ao nível do básico e secundário;
- Generalização do sistema de carta de pontos;
- Estabelecimento de medidas mais severas para os casos de violação das regras de trânsito, sobretudo nos casos de condução sob o efeito do álcool e drogas;
- Aumento da segurança dos veículos, através de incentivos à procura de veículos mais seguros e do abate dos veículos mais velhos para renovação de um parque automóvel mais seguro, aproveitando os progressos tecnológicos;
- Aumento da fiscalização da segurança dos veículos e da violação do Código da Estrada, em particular do condução sob efeito de álcool e drogas;
- Aumento da segurança dos veículos de transporte colectivo de crianças;
- Melhoramento das infra-estruturas;
- Harmonização em todos os países do espaço europeu dos sinais de trânsito, limites de velocidade, taxas de alcoolemia e sistemas de ensino de condução;
- Promoção de campanhas de sensibilização na comunicação social e internet (nos sítios dos Ministérios da tutela) para a redução da sinistralidade e alteração nos comportamentos de condução perigosa;
- Incremento do uso de modos alternativos de transporte;
- Consignação da obrigatoriedade de auditorias rodoviárias, feitas por entidades externas e técnicos especialistas em diversas áreas.

Foi também abordado o impacto económico-financeiro da falta de segurança rodoviária, o qual traz grandes encargos aos sistemas de saúde e protecção social para além dos reflexos no PIB dos respectivos países.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

2º PAINEL – AUDITORIAS, FISCALIZAÇÃO E TRANSPORTE DE MERCADORIAS

Neste segundo painel da Conferência, foram colocadas questões relativas a:

- Consumo de álcool pelos condutores profissionais;
- Fiscalização da carga transportada, percursos e horários de trabalho;
- Aumento do volume de tráfego com agravamento dos problemas de trânsito, sobretudo nas redes secundárias;
- Regras do exercício da actividade dos condutores de veículos de mercadorias;

Sobre estas questões foram lançadas as seguintes propostas:

- Criar mecanismos de imobilização nos veículos quando o condutor esteja alcoolizado;
- Aumentar a fiscalização dos transportes de mercadorias;
- Fomentar a multimodalidade, incrementado o transporte de mercadorias pelas vias ferroviária, marítima e fluvial;
- Adoptar um modelo de Carta Europeia para os condutores de transportes rodoviários de mercadorias, de forma a haver uma harmonização de regras que permita a mobilidade de mercadorias em segurança, mas sem distorções ao nível da concorrência;

Conclusão final :

Há um sentimento comum de todos os parlamentares presentes da urgente necessidade de prosseguir o trabalho político de harmonizar conceitos, regras e processos de fiscalização de forma a concretizar a definição de uma política europeia de segurança rodoviária, renovando a importância de alcançar o objectivo de reduzir em 50%, até 2010 o número de vítimas mortais que se verificavam em 2001 nas estradas europeias.

Palácio de São Bento, Lisboa, 29 de Setembro de 2008